



## **ATA DA CENTÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e trinta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência o senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores deputados. Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Justifico a ausência do deputado Renato Câmara, na presente Sessão, que ele se encontra na inauguração da Agroceres - Pic - Núcleo Genético Gênesis, unidade Campo Grande. **PEQUENO EXPEDIENTE**. Solicito ao segundo-secretário, deputado Pedro Kemp, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados. *“Ata da Centésima Quinta Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, o Estado do Pantanal. Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta e quatro minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária.* **PEQUENO EXPEDIENTE** – Lida e aprovada a Ata de número Cento e Vinte da Centésima Quarta Sessão Ordinária. Não houve expediente a ser lido. **SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE** – Usaram da palavra os deputados Professor Rinaldo, Pedro Kemp, Antonio Vaz, Coronel David, Roberto Hashioka e Renato Câmara. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Mara Caseiro, Caravina, Pedrossian Neto, Zé Teixeira, Lia Nogueira e Paulo Corrêa. **GRANDE EXPEDIENTE** – Usou da palavra a deputada Gleice Jane. **ORDEM DO DIA** – Foram aprovadas, em primeira discussão e votação nominal, as seguintes proposições: Projetos de Lei nºs 245, 247 e 248/2024, de autoria Poder Executivo; Projeto de Lei nº 246/2024, de autoria do Poder Executivo, com o voto favorável do deputado Londres Machado. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Antonio Vaz, endereçada à senhora Lucinete Cordeiro da Silva Nascimento, fundadora do Projeto Ela por Ellas, pastora itinerante do Ministério Renascer em Cristo, presidente municipal do Partido Republicanos, em Corumbá, e vereadora eleita para pleito de 2025 – 2028, pelo referido município; requerimento de moção de aplauso, de autoria do deputado Junior Mochi, endereçada à pequena Alice Cheres de Andréa, de cinco anos, pela premiação de campeã Amazona Mirim Júnior do 39º Encontro Estadual de Laço Comprido, realizado no Clube do Laço Caracol; requerimento de moção de congratulação, de autoria da deputada Gleice Jane, endereçada à senhora Marta Soares Ferreira, cientista social e mestra em Ciências Sociais pela UEMS, em reconhecimento ao lançamento da obra "Dicionário Biográfico - Histórias Entrelaçadas das Mulheres Afrodiáspóricas", destacando sua contribuição para a valorização da história, memória e identidade das mulheres negras, bem como seu papel na construção de uma sociedade mais justa, antirracista e solidária; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Roberto Hashioka, endereçada à Associação Esportiva e Cultural Nipo-Brasileira de Campo Grande, por meio de sua presidente, senhora Maria Leny Adania de Sylos, pela realização da 4ª edição do Festival do Japão de Mato Grosso do Sul; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro Kemp, endereçada à Mestra Léa Beatriz Mancuelho Pereira, pelo reconhecimento no IV Prêmio Talentos da Pós-Graduação/2024 (TAL-PG-UEMS), requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Pedro



*Kemp, endereçada ao doutor Gilberto Luiz Alves, pelo lançamento do seu mais novo livro "As Águas Como Caminho - Mato Grosso Como Destino", ocorrido no dia 22 de novembro, às 19h, na Livraria Leitura, localizada no Shopping Campo Grande; requerimento de moção de louvor, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à Anna Beatriz Garcia Rodrigues, acadêmica do curso de Direito, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), pela conquista do 1º lugar no 1º Concurso de Resumo Expandido, promovido pelo Diretório Acadêmico Clóvis Beviláqua, do Curso de Direito da UCDB (Daclobe), com o tema intitulado "O trabalho infantil - contexto brasileiro a partir dos dados do IBGE com vistas à meta 8.7 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)"; requerimento de moção de louvor, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à segundo-tenente QOEBM Edilene Borges de Carvalho Santos, militar do Corpo de Bombeiros, por seu ato no dia 02 de novembro, que mesmo estando de folga, prestou socorro e conseguiu salvar a vida de um homem de quarenta e nove anos, que sofreu uma parada cardiorrespiratória, com manobras de reanimação; requerimento de moção de louvor, de autoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada à segundo-tenente QOSBM Simone Santos de Oliveira e ao segundo-tenente QPBM Evandy Segarini Soares, militares do Corpo de Bombeiros, pelo ato no dia 02 de novembro, que mesmo estando de folga, prestaram socorro e conseguiram salvar a vida de uma criança de um ano de idade, após engasgar em um restaurante em Campo Grande; requerimento de informações, de autoria das deputadas Lia Nogueira e Gleice Jane; indicações, de autoria dos deputados Coronel David, Lia Nogueira, Junior Mochi, Gleice Jane, Zé Teixeira, Jamilson Name, Marcio Fernandes, Pedro Kemp e Roberto Hashioka.*

**EXPLICAÇÕES PESSOAIS** – Não houve oradores inscritos. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, vinte e um de novembro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Solicito ao primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, que proceda à leitura do expediente.

**PRIMEIRO-SECRETÁRIO** (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, senhores e senhoras deputadas. Expediente da Sessão Ordinária de 26 de novembro de 2024: Ofício nº 27.895/2024, do Ministério da Educação, respondendo à indicação do deputado Caravina (Prot. nº 2875/2024); Ofício nº 1.636/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 6548/2024); Autos nº 168.373.0037/2024, do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação do deputado Renato Câmara (Prot. nº 2777/2024); Ofícios nºs 16.360, 16.363, 16.379, 16.383, 16.387 e 16.392/2024, da Secretaria de Governo e Gestão Estratégica de Mato Grosso do Sul, respondendo aos requerimentos dos deputados Gleice Jane, Renato Câmara e Lia Nogueira (Prot. nºs 2795, 2959, 3094, 3032, 3269, 2767/2024); Ofícios nºs 1.460 e 1.495/2024, da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso do Sul, respondendo às indicações dos deputados Lia Nogueira e Zeca do PT (Prot. nºs 3122, 2127/2024); Ofício nº 13/2024, da Prefeitura Municipal de Dourados, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 3543/2024); E-mails referentes aos ofícios nºs 3.510 e 3.511/2024, respondendo às moções de congratulação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 3543/2024); Carta nº 1.075/2024, da Energisa Mato Grosso do Sul, respondendo à indicação da deputada Mara Caseiro (Prot. nº 3150/2024). Senhor presidente, está lido o expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, eu peço permissão para fazer a leitura de uma indicação aqui da Mesa Diretora. Indico à Mesa Diretora, após ouvido o colendo Plenário, observadas as disposições regimentais, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Sônia Guajajara, ministra do Povos indígenas, com cópia ao senhor Jader Fontenelli Barbalho Filho, ministro da Cidades; ao senhor Eduardo Corrêa Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul; ao senhor Renato Marcílio da Silva, diretor-presidente da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul), e ao senhor Lindomar Ferreira, coordenador do Distrito Sanitário Indígena (Dsei), em Mato Grosso do Sul, solicitando que seja realizada uma força-tarefa entre as autoridades federais e estaduais no sentido de sanar a crise hídrica nas aldeias Bororó e Jaguapiru, localizadas no município de Dourados. Inclusive, senhor presidente, a comunidade indígena está bloqueando a estrada entre Dourados e Itaporã, num protesto pacífico para que seja resolvido o problema da água. Essa é uma situação que se arrasta há décadas e a comunidade vem sofrendo muito pela falta de água para atendimento da criação dos animais, para fazer os alimentos, higiene pessoal, banho, enfim, é uma situação calamitosa. Nós já estivemos em reunião com o vice-governador, Barbosinha, para discutir essa situação, e agora entendemos que é preciso uma força-tarefa que envolva as autoridades do governo federal e estadual, para resolver esse problema do abastecimento de água nas aldeias de Dourados. Os moradores têm relatado que há falta de água para beber, cozinhar, lavar roupas, tomar banho, condições que afetam o dia a dia dessas pessoas. Conforme imagens veiculadas pelo Campo Grande News, os reservatórios das aldeias encontram-se vazios, as torneiras estão secas e as crianças precisam ajudar a carregar, de bicicleta, a água coletada dos córregos localizados nas proximidades. O que agrava ainda mais a situação é que há suspeita de contaminação dessas águas, por agrotóxicos. Em 2023, depois de a comunidade ter passado por uma série de dificuldades pela falta d'água, que gerou protesto com interdição da rodovia, o governo do estado, através da Sanesul, elaborou um projeto para solucionar a crise hídrica nas aldeias de Dourados. O projeto foi orçado em trinta e cinco milhões de reais e inserido no Programa de Aceleração do Crescimento, mas até o presente momento ainda não há notícia de que tenha sido colocado em prática. Vale lembrar que aquelas aldeias contam com cerca de vinte mil pessoas, e medidas urgentes devem ser tomadas para solucionar o problema. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Mário Rosa da Silva, superintendente da Funasa, solicitando a instalação de um poço artesiano no Assentamento Mateira, no município de Paraíso das Águas. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Lidio Lopes.

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota)** — Bom dia, senhor presidente, deputado Gerson Claro, nobres pares, a todos que nos honram com a sua presença neste Plenário e a quem nos assiste através da TV Assembleia. Senhor presidente, tenho uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em Mato Grosso do Sul, senhor Euro Nunes Varanis Júnior, solicitando estudos para o recapeamento da rodovia BR-267, no trecho compreendido do município de Nova Alvorada do Sul até o distrito Nova Casa Verde. A presente indicação encontra justificativa na reivindicação dos moradores que utilizam as rodovias e padecem com o péssimo estado de conservação da rodovia, que é uma importante rota de ligação entre o estado de Mato Grosso do Sul e o estado de São Paulo, por onde trafegam diurnamente milhares de veículos de pequeno,



médio e grande porte. Tem um estudo do governo para fazer a duplicação dessa rodovia e, obviamente, a sua concessão, mas enquanto isso não ocorre os sul-mato-grossenses continuam transitando por ela, correndo o risco de sofrer graves acidentes. Era o que eu tinha, senhor presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, imprensa, população que nos assiste e nos prestigia com sua presença. Eu faço uso do Pequeno Expediente para apresentar duas indicações e uma moção. Indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Guilherme Alcântara de Carvalho, secretário de estado de Infraestrutura e Logística, e ao senhor Mauro Azambuja Rondon Flores, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão e Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), por cópias autônomas, solicitando a viabilização, por meio de convênio ou execução direta, de drenagem e pavimentação asfáltica em seis trechos das seguintes vias: rua Fidelo Mariano de Almeida, rua Antônio Vieira de Almeida, rua Otorino Vieira, rua Engenheiro Orlando Silveira, rua Leonel Velasco, e rua Germano Barros de Souza, no bairro Residencial Oliveira, em Campo Grande, conforme croqui anexo. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Paulo Roberto da Silva, superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, solicitando recurso para finalização da obra de implantação do sistema de abastecimento de água, no Assentamento Itaqui, no município de São Gabriel do Oeste. Essa obra se encontra paralisada e o recurso destinado para esta finalidade foi devolvido ao governo federal, pois a empresa contratada abandonou a obra faltando perfurar dois poços e o prazo para a realização da obra expirou. O pleito encontra justificativa no pedido do assentamento Itaqui, do vereador Luizinho Freitas, da Câmara Municipal de São Gabriel do Oeste, encaminhada ao nosso gabinete, conforme cópia anexa. Indico à Mesa, na forma regimental, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada uma moção de repúdio ao CEO do Carrefour, Alexandre Bompard, pelas declarações discriminatórias e protecionistas contra os produtores rurais do Brasil, especialmente do estado de Mato Grosso do Sul, conforme anunciado publicamente. Se aprovada, a presente moção poderá ser redigida nos seguintes termos: "O Parlamento sul-mato-grossense, como legítimo representante do povo de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado Junior Mochi, manifesta seu mais veemente repúdio à fala do CEO do Carrefour, senhor Alexandre Bompard, que anunciou publicamente o boicote à compra de carne proveniente do Mercosul, impactando diretamente os produtores rurais brasileiros e sul-mato-grossenses". Essa decisão afronta o trabalho honesto e qualificado dos produtores de Mato Grosso do Sul, um dos maiores estados exportadores de produtos de carne bovina do país. Portanto, senhor presidente, apresento essa moção e caso Vossa Excelência entenda devido, que seja feita pela Casa, em nome do Poder Legislativo de Mato Grosso do Sul. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Bom dia, senhor presidente, senhores deputados, deputadas, a todos os presentes nesta Sessão. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de



congratulação à diretora-executiva do Moinho Cultural, Márcia Rolon, em razão da eleição como a melhor Organização Não Governamental do Brasil e do Mato Grosso do Sul, na área de Cultura, bem como os relevantes serviços prestados à educação e à cultura na região de Corumbá. A moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do deputado estadual Paulo Duarte, parabeniza a diretora-executiva do Moinho Cultural, Márcia Rolon, em razão da eleição como a melhor ONG do Brasil na área da cultura e a melhor de Mato Grosso do Sul, bem como os relevantes serviços prestados à educação e cultura". Em vinte anos de atuação, pela primeira vez o Instituto Moinho Cultural Sul-Americano, localizado em Corumbá, está entre as cem melhores ONGs brasileiras, bem como em mais duas categorias - destaque como melhor ONG de Mato Grosso do Sul e melhor ONG na área da cultura. A premiação melhores ONGs 2024 foi organizada pela "Certificadora Social", anteriormente "Instituto Doar", e pelo Instituto "O Mundo que Queremos" que definem os critérios para escolher os ganhadores em todo o território nacional, sendo que os troféus foram entregues em premiação realizada na sexta-feira, 22 de novembro, em São Paulo. Eu tive a honra de ter a Marcia Rolon como vice-prefeita quando fui prefeito de Corumbá. Parabéns à Márcia, ao Moinho Cultural, a sua equipe e a seus colaboradores. É só isso, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Senhor presidente, senhores deputados, senhoras e senhores. Tenho duas indicações e uma moção. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos, solicitando obra de recapeamento no quadrilátero que engloba a rua Aquidauana até a rua Coronel Ponciano, e a rua Monte Alegre até a avenida Marcelino Pires, no município de Dourados. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Rodrigo Peres Ramos e aos deputados federais e senadores representantes de Mato Grosso do Sul, na Câmara Federal e no Senado, solicitando a união de esforços e gestão conjunta na destinação de recursos para o município de Costa Rica, visando à manutenção e ampliação da escola, tratamento da estação de esgoto, e também manutenção e adequação do aterro sanitário. Requeiro à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvi do colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares de Adriana Rolin Rocha, pelo seu falecimento aos cinquenta e quatro anos de idade, no dia 19 de novembro. Justificativa anexa.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, a deputada Lia Nogueira.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, público que nos acompanha no Plenário e também pela TV e Rádio Alems. Eu gostaria de fazer dois destaques, um deles para reforçar a fala do deputado Pedro Kemp sobre o bloqueio da MS-156, entre Dourados e Itaporã, um protesto justo, pacífico e necessário dos povos indígenas da reserva de Dourados, que contempla as aldeias Jaguapiru e Bororó, onde vivem hoje mais de quatorze mil indígenas das etnias Guarani, Kaiowá e Terena. Nós já usamos a fala no Pequeno Expediente e na tribuna por várias vezes, deputado Neno Razuk, para falar desse problema que se arrasta há mais de vinte anos e parece não ter solução. Nós temos um projeto do governo do estado, em parceria com o governo federal, para que água seja levada para as



aldeias de Dourados e para outros municípios de Mato Grosso do Sul que enfrentam esse problema da falta d'água, como Paranhos e Amambai. Vários relatos já foram feitos e é inconcebível que em pleno século XXI ainda tenha uma população sem usufruir do seu direito ao básico, ao mínimo para sobrevivência, que é a água tratada. Isso é uma questão de dignidade. Vou apresentar hoje um requerimento, endereçado ao governo federal, solicitando resposta com relação a esse projeto. Segundo o que apuramos, as aldeias de Dourados ficaram para a segunda fase, mas não tem mais como admitir a falta de água, isso é falta de dignidade. As lideranças indígenas nos procuram e a gente improvisa a doação de água com caminhões pipa, mas sabemos que isso é paliativo, não resolve o problema. Os açudes estão secos, não há uma política para que se possa cavar poços nas aldeias Jaguapiru e Bororó. Antes mesmo desse bloqueio que chamou muito a atenção desta vez, em outras oportunidades que os indígenas foram para a rodovia fechar o acesso, eles eram apontados. Ocorre que agora a situação chegou à calamidade, ao caos total, e até mesmo as pessoas que antes os apontavam, hoje estão entendendo que é necessário fazer algo de forma mais incisiva, para que esse problema seja resolvido em definitivo. Nós estamos falando de água tratada e de saneamento básico que não tem nas aldeias Jaguapiru e Bororó, lembrando que elas compõem a maior reserva indígena urbana do Brasil. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao governo de Mato Grosso do Sul, para que seja colocado em prática um plano de segurança para unidades de saúde do nosso estado, principalmente aquelas que funcionam em horário estendido, as chamadas sentinelas, e também as UPAs. Na semana passada, eu tive uma reunião com enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos da região da Grande Dourados e eles disseram estar temerosos diante do discurso de ódio, diante das ameaças que estão sofrendo, inclusive na semana passada houve a morte daquele médico numa unidade de saúde do município de Douradina. Nós não podemos conceber que profissionais de saúde, sejam médicos, enfermeiros ou técnicos, sejam ameaçados dessa forma, mesmo porque ali há pais de família, mulheres que são provedoras dos seus lares, deputado Marcio Fernandes. No distrito de Itahum tem um médico que está sob ameaça, e há três dias ele não comparece na unidade de saúde. Esse é um assunto que eu quero tratar aqui na Assembleia, nós estamos buscando números junto ao Coren, e eu tenho certeza de que esta Casa não vai se furtar a esse debate, porque essas unidades precisam funcionar, precisam de policiamento e segurança, para que esses profissionais possam atuar de uma forma segura, mantendo a integridade física e moral deles, visto que muitos estão enfrentando ansiedade e depressão, e outros já estão abandonando o ofício. Era isso. Obrigada.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Bom dia, senhor presidente, membros da Mesa, companheiros, companheiras. Estou iniciando a semana muito motivado para os desafios que temos ao final do ano. Eu trouxe nesta tribuna, Pedro Kemp, há alguns dias, um debate acerca do que foi descoberto numa região da Argentina, chamada Vaca Muerta, que é a maior reserva de gás da América Latina. Quando eu estive no 5º Fórum, na Filadélfia, fui procurado por um grupo de empresários ligados a essas reservas da iniciativa privada, fizemos uma reunião com o governador Eduardo Riedel e com dois ministros do governo do Paraguai, e naquela oportunidade foi assinado um protocolo de entendimento entre o presidente Lula, o presidente da Argentina e o presidente paraguaio, para que esse gás de Vaca Muerta chegue ao Brasil. Várias alternativas estão sendo levantadas, como a de sair pelo Rio Grande do Sul, pelo Uruguai, pela Bolívia, mas a melhor alternativa é ligar Vaca Muerta à divisa com o Paraguai e aproveitar Rota Bioceânica, porque é



muito mais fácil atravessar o rio Paraguai com a tubulação acoplada à ponte e lincar em Campo Grande. Isso viabiliza gás de alta qualidade para Sidrolândia, Jardim, Maracaju, Porto Murtinho, até chegar o gás boliviano (Gasbol) em Campo Grande. Acontece, senhor presidente, que foi constituída uma comissão no Ministério de Relações Internacionais para acompanhar isso e eu estou propondo que a Assembleia articule a inclusão de alguém desta Casa para participar. Para isso eu estou apresentando uma indicação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Luiz Inacio Lula da Silva, com cópia ao ministro da Secretaria de Relações Internacionais, Alexandre Padilha, e ao ministro de estado de Minas e Energia, Alexandre Silveira, solicitando a inclusão de um membro da Assembleia Legislativa do Estado do Mato Grosso do Sul no grupo de trabalho bilateral que vai trabalhar para identificar as medidas necessárias para viabilização de oferta do gás natural advindo da região conhecida como Vaca Muerta, localizada na Argentina. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao procurador-geral de Justiça do estado do Mato Grosso do Sul, doutor Romão Ávila Júnior, solicitando a realização de investigação acerca do pregão eletrônico, realizado pela prefeitura de Porto Murtinho, visando à aquisição de equipamentos médicos hospitalares para o hospital municipal construído durante o nosso governo, com valores acima de dois milhões de reais, que foram apontados pelo Tribunal de Contas do estado como exorbitantes, muito acima daqueles praticados normalmente em licitação. É isso, senhor presidente. Peço agora pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, eu estou impressionado com o grau do noticiário nacional e internacional que toma conta do Brasil e do mundo, acerca do risco de violência que este país teve com a articulação de golpe e de assassinatos. Evidentemente isso merece e será investigado, deputado João Henrique, com todo o cuidado, com toda cautela, para que seja apurada a veracidade ou não dos fatos. Ao assistir o noticiário, me remeti à Carlos Drummond de Andrade, que em 1942 escreveu um verso que diz: "E agora, José, a festa acabou, a luz apagou, o fogo sumiu, a noite chegou, a tempestade desceu". E agora, José? Obrigado, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Eduardo Riedel, governador do estado de Mato Grosso do Sul, com cópia ao senhor Guilherme Alcântara, secretário de estado de Infraestrutura e Logística (Seilog), e ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos de Mato Grosso do Sul (Agesul), solicitando que seja realizada a manutenção da MS-475, rodovia Delcio Álvaro Benedito, no município de Novo Horizonte do Sul. A proposta em questão visa atender a solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete, pelo senhor Alicino José dos Santos. A pavimentação da MS-475 encontra-se deteriorada, com inúmeros desníveis e fissuras, dificultando o tráfego e aumentando o risco de acidentes para os motoristas que utilizam essa via diariamente. Esse trecho da rodovia é uma rota



essencial para o transporte de pessoas, mercadorias e produção agropecuária, e a precariedade da estrada impacta negativamente o escoamento da produção local, afetando a economia da região. A falta de manutenção compromete a segurança de veículos e pedestres, agravando o risco de acidentes, especialmente para transportadores de cargas e trabalhadores que dependem dessa rodovia para deslocamentos frequentes. Diante da relevância econômica e social dessa rodovia, solicitamos que o recapeamento seja incluído nas prioridades do planejamento de obras rodoviárias da região. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à senhora Adriane Lopes, prefeita de Campo Grande, com cópia ao senhor Marcelo Miglioli, secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, ao senhor Mauro Azambuja Rondon, diretor-presidente da Agência Estadual de Gestão de Empreendimento (Agesul), solicitando que seja realizada uma parceria entre estado e município visando à substituição de uma ponte de madeira por uma de concreto sobre o córrego Cabeceira do Guariroba, na estrada CG-462, no município de Campo Grande. Essa proposta visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete parlamentar pelo senhor Rodrigo Bento. Ele relata que a estrada CG-462 é um importante corredor logístico da região, utilizado por um elevado número de caminhões destinados ao transporte de grãos. O tráfego intenso e o peso excessivo dos veículos têm acelerado o desgaste da ponte de madeira, comprometendo sua integridade e tornando-a inadequada para suportar a demanda. O estado atual da ponte representa um risco considerável para motoristas de cargas, especialmente em época de chuva, quando a instabilidade da estrutura pode ser agravada. Portanto a substituição por uma ponte de concreto garantirá maior segurança e evitará acidentes que poderão causar prejuízos econômicos e humanos. É só, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Pequeno Expediente. Protocolos referentes às proposições apresentadas (\*De autoria do deputado Antonio Vaz: duas indicações (Prot. nºs 3801/2024, 3800/2024). De autoria do deputado Coronel David: duas indicações (Prot. nºs 3755/2024, 3754/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 3756/2024). De autoria do deputado Jamilson Name: uma indicação (Prot. nº 3759/2024). De autoria do deputado Caravina: uma indicação (Prot. nº 03782/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 3777/2024, 03775/2024). De autoria da deputada Mara Caseiro: três indicações (Prot. nºs 3764/2024, 3763/2024, 3762/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 3787/2024, 3786/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de congratulação (Prot. nº 3765/2024); uma moção de apoio (Prot. nº 3799/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03768/2024, 3769/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 03770/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp: seis indicações (Prot. nºs 3779/2024, 3778/2024, 3796/2024, 3773/2024, 03795/2024, 3794/2024); duas moções de congratulação (Prot. nºs 3793/2024, 03792/2024); De autoria do deputado Pedrossian Neto: uma moção de congratulação (Prot. nº 3767/2024). De autoria do deputado Professor Rinaldo: duas indicações (Prot. nºs 3798/2024, 3797/2024). De autoria do deputado Paulo Duarte: uma moção de congratulação (Prot. nº 3783/2024). De autoria do deputado Renato Câmara: uma indicação (Prot. nº 3738/2024); uma moção de congratulação (Prot. nº 3740/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 3739/2024); duas moções de aplauso (Prot. nºs 3737/2024, 03736/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: duas moções de congratulação (Prot. nºs 3781/2024, 03780/2024). De autoria do deputado Zé Teixeira: uma indicação (Prot. nº 03771/2024); duas moções de pesar (Prot. nºs 3774/2024, 03774/2024). De autoria do deputado do Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 03803/2024, 3802/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa.



**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** - sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados e senhoras deputadas. Eu quero registrar um agradecimento a todos os deputados e deputadas desta Casa que votaram pela moção e Medalha de Mérito Legislativo entregue ao ilustre ex-governador de São Paulo João Dória, na ocasião dos quarenta e cinco anos da Federação das Indústrias (Fiems). Estive presente no evento juntamente com o presidente Gerson Claro e com os deputados Junior Mochi e Roberto Hashioka. Foi de suma importância a modificação da filosofia do estado a partir da administração do Zeca do PT, e quando entrou o Reinaldo Azambuja, houve uma guinada muito importante do lado empresarial, que é o que faz a diferença, e assim o estado vem se modernizando em função do ambiente de negócios que se tornou muito melhor. O governador Eduardo Riedel tem dado lições de como se fazer gestão ao mesmo tempo em que se cuida das pessoas e de todos os setores, mas agora ele tem um ambiente de negócios favorável, porque nosso estado não seria o vale da celulose se não fossem as políticas públicas aprovadas nesta Casa. O governador Eduardo Riedel e o secretário Jaime Verruck, através da Secretaria de Desenvolvimento, têm criado esse ambiente de negócios, e nós concedemos a Medalha de Mérito Legislativo ao ex-governador do estado de São Paulo João Dória. Vale dizer que por uma sacada do governador Eduardo Riedel, do Sérgio Longen e do Grupo de Líderes Empresariais (Lide), o nosso estado tem sido mostrado, deputado Zeca, assim como fez Vossa Excelência naquela missão empresarial em que fomos vender a nossa carne em quatro países. E aí entra aquele aprendizado... O senhor selecionou uma pessoa que não era do PT para acompanhá-lo na viagem, juntamente com cinco prefeitos, e nós fomos a Londres, onde havia vinte e um representantes do mundo, que dominam o mercado da carne. Na ocasião, nós conversamos, definimos uma programação de combate à aftosa, o estado entrou no eixo e hoje nós somos livres de aftosa sem vacinação. Eu acho importante a gente frisar todo o esforço de se fazer esse trabalho que começou com o senhor, o governador André deu sequência, depois o governador Reinaldo, e agora o governador Riedel. Eu fico decepcionado com o grupo Carrefour, até porque se tem alguém que pode falar alguma coisa da qualidade da carne de Mato Grosso do Sul não é a França que compra 3% da nossa carne, mas sim a China que compra 67%. Eu acho muito estranho a França, que tem subsídio do governo, tentar queimar o produto de Mato Grosso do Sul, porque é um país que não sabe produzir carne. Outra coisa estranha é o presidente, o embaixador da França e o CEO do Carrefour, que está lá, estarem quietos. Aqui nós não temos subsídio de canto nenhum, o produtor rural trabalha na raça, sozinho, quando pega um empréstimo do banco, ele tem que pagar, e a nossa carne é muito melhor. Se a nossa carne não fosse a melhor, a gente não teria o mercado chinês para a vender, que é um dos mercados, mas 67% é um mercado importante. Eu quero manifestar aqui o meu repúdio, deputado Junior Mochi, e acho que a Assembleia Legislativa deveria lavrar em ata esse repúdio e enviar para as autoridades, porque o embaixador da França, no Brasil, tem que se explicar. A senadora Teresa Cristina já cobrou, mas eu entendo que tem que ter uma desculpa formal. Se esse CEO não tiver nada para falar, que não fale, mas não venha tentar defender a produção francesa queimando a produção brasileira ou a produção do Mercosul. Não é este o momento para ele fazer esse tipo de declaração: bem na hora em que o Mercosul está assinando com a União Europeia um convênio para abrir o mercado, porque lá sempre teve uma barreira. O francês tem muito medo de a nossa carne chegar lá, porque eles vão gostar e aí vão querer comprar carne do Brasil, da Argentina, do Uruguai, do Mercosul. Então, eu quero parabenizar o deputado Junior Mochi pela iniciativa, mas deixar lavrado aqui o meu protesto. Peço aos nobres pares da Assembleia Legislativa que, em cima do que Vossa Excelência disse, lavrem alguma coisa nesse desagravo que estou fazendo, e que seja em nome da Casa, se Vossa Excelência permitir.



**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Permita-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Permito um aparte ao deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Eu já tinha dito ao presidente que entendo que tem que ser em nome da Casa porque nós estamos aqui defendendo o interesse de Mato Grosso do Sul, da nossa economia. Não é o fato de querer comprar ou não, porque o mercado francês não representa quase nada para o Brasil em termos de importação de carne. Eu falo do Brasil e do Mercosul pelo fato de que o CEO do Carrefour deixou dúvidas nas suas palavras com relação à sanidade do nosso rebanho, e isso pode desencadear um problema que o Mato Grosso do Sul e o país, como um todo, combate há muitos anos, que é a questão relacionada à sanidade dos nossos animais, o combate à febre aftosa. Então eu acho que essa é a questão mais relevante neste momento e a Casa tem que se manifestar. Foi muito importante o levante por parte das autoridades brasileiras que se manifestaram. Como o senhor disse, justamente no G20, quando se firma o compromisso com a União Europeia, com o Mercosul, para abrir novamente esse mercado para as exportações brasileiras, que esse CEO se manifestou para que não seja importada a carne do Mercosul, incluindo aí o Brasil. Então, isso é importante, e a melhor manifestação é justamente implantar aqui a lei reciprocidade. O fato de o Carrefour querer comprar ou não, é problema dele; agora nós, enquanto cidadãos que defendemos a economia do nosso estado, do nosso país, temos que fazer o mesmo no Carrefour, no Atacadão e no Sam's, que também fazem parte do grupo, e não comprar mais deles também. Essa é a melhor forma que temos de responder, mesmo porque o mercado brasileiro é muito mais importante para eles do que o deles para nós na exportação da nossa carne.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Quero incorporar o vosso aparte, e dizer que a maior operação do Carrefour é na França e a segunda maior operação, no Brasil. Então ele não aguenta brigar com a gente.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Permita-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Concedo o aparte ao nobre deputado Zé Teixeira.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Deputado Paulo, isso nada mais é do que a briga internacional sobre o mercado. O que está havendo na França é que o Carrefour acompanhou os empresários do agronegócio francês fazendo essa chantagem. Mas eu quero parabenizar o ministro da Agricultura do Brasil, porque se a carne brasileira ou do Mercosul não tem garantia de sanidade para ir para a França, não justifica os produtores rurais daqui venderem para o Carrefour que está aqui no Brasil. O ministro apoiou o boicote brasileiro: já que a carne tem dificuldade de sanidade para os franceses, não tem porque fornecer carne para o Carrefour aqui no Brasil. Essa é uma coisa muito lógica, porque quando dói no seu calcanhar, você tem que trocar o sapato.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Eu só quero fazer justiça, deputado Zé Teixeira, e incorporar o vosso aparte. Vossa Excelência tem razão, mas quem começou o movimento não foi o ministro da Agricultura, foram os governadores de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul, que saíram na frente, e a partir daí virou uma questão nacional. Eu acho que o



ministro apoiou, a senadora Teresa Cristina fez uma solicitação para que o embaixador da França compareça e preste esclarecimento sobre essa declaração, que não é bombástica coisa nenhuma, mas sim uma questão de mercado. A nossa carne vai entrar mesmo, pois temos a melhor carne do mundo e o pessoal tem medo porque produzir carne na França e no Brasil tem uma diferença de custo.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Permita-me um aparte, deputado?

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Concedo um aparte ao nobre deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — O que parece é que essa polêmica toda tem muito a ver com os interesses dos produtores da França que estão fazendo um movimento para que não se intensifique essa relação com o Mercosul. Com relação a esse boicote do Carrefour, eu vi uma notícia hoje pela manhã que ele já estaria fazendo um pedido de retratação porque isso causou um mal-estar na relação entre os dois países, entendendo que não adianta brigar com um mercado do tamanho do Brasil, que tem mais de duzentos milhões de habitantes, e somos um mercado muito mais competitivo do que o próprio mercado da França. Então eu acredito que uma polêmica que envolve os interesses do agro francês vai se resolver, uma vez que as relações passam por outros interesses de mercado e assim por diante. Eu acredito que o Carrefour deve se retratar nas próximas horas.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB)** — Nós não vamos nem calcular o salário de um cabra desse porque ele deve ganhar bem, sabe escrever, mas está demorando muito para fazer essa carta. Eu acho que eles estão tentando resolver um problema dos produtores rurais franceses que querem aumentar o subsídio. Quanto o governo paga para ter a vaca no pasto lá, contra a carne que é produzida aqui, na raça e no suor do povo brasileiro? O senhor Zé Teixeira, que tem mais experiência do que nós no mercado da carne, disse uma coisa muito certa, em algum momento vai acontecer, mas vai acontecer positivamente para o lado do Mercosul, mesmo porque a proteína animal somos nós que produzimos, quem consome são eles que não têm mais espaço, não têm preço, o custo para se produzir lá é muito alto e o governo tem que entrar com um subsídio enorme. Então eu entendo que nós temos que deixar isso lavrado como protesto, temos que pressionar o CEO do Carrefour que sabe escrever e se ainda não o fez, vamos usar aquela máxima que aprendemos com os nossos pais: “Escreveu e não leu, o pau comeu”. Nós não podemos deixar barato porque o agronegócio brasileiro precisa ser valorizado. Obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Como sempre esta presidência buscando cumprir seu papel institucional e democrático, vai receber a moção, a fazendo pela Casa, mas tomando cuidado para privilegiar o diálogo. Assim como disse o deputado Pedro Kemp, se há uma manifestação da instituição Carrefour voltando atrás, nós não queremos saber de briga, queremos resolver o problema daqui para frente. Portanto, se o problema da carne brasileira ficar resolvido, não nos cabe aqui julgar quem errou, quem deixou de errar, cabe-nos, como instituição, defender os interesses do Brasil e de Mato Grosso do Sul. Nós vamos repudiar a ação no passado e pedir que esses equívocos não aconteçam novamente, fazendo com que o nosso mercado, o nosso país e o nosso estado, continuem progredindo, deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSDB)** — Pela ordem, senhor presidente.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Deputado Paulo Corrêa, aproveitando que o deputado Zeca do PT está poeta, o que o presidente Gerson disse sobre a questão do Carrefour é que nós queremos ter paz e não razão. Então, vamos olhar para frente.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Cedo ao primeiro-secretário.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Paulo Corrêa.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Obrigado, deputado Coronel David, por me ceder pela ordem. O deputado Paulo Duarte está utilizando a máxima do homem bem casado: em uma discussão com a esposa, é melhor ser feliz do que ter razão.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, já passou o Pequeno Expediente, mas eu não poderia deixar de entregar à Mesa Diretora duas moções de congratulação. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação à senhora Luciana de Almeida, que neste final de semana, pelo voto direto, mais uma vez foi eleita como presidente do Sindicato dos Corretores de Imóveis de Mato Grosso do Sul, para o triênio 2025/2027. Indico à Mesa, observadas as disposições regimentais, após ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de congratulação ao senhor Luiz Cláudio Alves Pereira Bitto, que pelo voto direto e pela maior diferença de votos da história da OAB, foi eleito para exercer o cargo de presidente da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional de Mato Grosso do Sul, triênio 2025/2027. Muito obrigado.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — É que o deputado Paulo Duarte ia recitar um poema e acabou se esquecendo. "Bora olhar para frente, para o lado, porque para trás já não leva a lugar nenhum". Autor desconhecido.



**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB)** — Pela ordem, senhor presidente. Eu quero pedir a Vossa Excelência fazer a inversão com deputado Neno Razuk, no Grande Expediente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Neno Razuk.

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL)** — sem revisão do orador — Primeiramente quero agradecer ao deputado Paulo Duarte pela gentileza da inversão do seu tempo. Senhor presidente, colegas deputados, tivemos a votação aqui da prorrogação do período de pesca do dourado, e eu fui o único deputado contrário à prorrogação, porque acho que essa proibição não resolve o problema do rio. Em função do incentivo ao turismo, o rio Dourados se tornou referência na pesca nacional, e a proibição colaborou muito para o aumento da população do peixe. A gente vê pescador do Brasil inteiro deixando de ir para a Argentina para vir pescar aqui no rio Dourados, que por sinal tem belos exemplares. Senhor presidente, na minha infância era muito prazeroso ver os milhares de turistas vindo pescar no Mato Grosso do Sul, e hoje em dia não tem mais esse turismo, você vai no rio Paraguai, fica lá uma semana e não pega nada, vai embora e não volta mais. Muitos vão pescar no Mato Grosso, vão para o Teles Pires, para a Argentina, porque acabou o peixe do rio. Aqui no Pantanal nós temos mais de duzentas e cinquenta espécies de peixes, deputado Paulo Duarte, e a diminuição é visível a cada ano que passa. O governo vai liberar a pesca novamente, só que o peixe grande que é o grande reprodutor, e não o pequeno, porque enquanto o peixe pequeno tem um número X de ovas, o grande tem milhares a mais. Portanto, em benefício do turismo e da preservação dos rios de Mato Grosso do Sul, eu vou protocolar o projeto "Cota Zero", para que seja proibida a pesca sem ser modalidade esportiva, assim como o transporte e a comercialização de peixes, mesmo porque a comercialização sai através das milhares de pisciculturas que tem no estado. O que a gente quer é a volta da população dos peixes desses rios e que o turismo volte na área pesqueira do Mato Grosso do Sul. Esse projeto vai ser polêmico, muitos vão ser contrários, mas os pescadores profissionais não vão ser prejudicados, porque das duzentas e cinquenta espécies de peixes, serão proibidas somente vinte e nove. Somente poderá pescar o pescador profissional, já para os turistas será pesque-solte, eles poderão comer o peixe na beira do rio, mas não mais levar para comercializar. No rio Aquidauana, por exemplo, quando os pescadores profissionais estão batendo tarrafa, escondidos, e veem a polícia florestal, saem correndo para o mato, mas essa prática acontece também em vários rios de Mato Grosso do Sul. Então, senhor presidente, eu gostaria de contar com o apoio desta Casa, dos membros da CCJR, para que esse projeto seja implementado de forma bem sucedida, no nosso estado, assim como no Mato Grosso, onde já é lei. Vale lembrar que o STF homologou um projeto no Mato Grosso, e eu tenho certeza da constitucionalidade e que a CCJR vai mandar votar em Plenário para escolher se pode ou não ser implementado aqui no estado. Era o que tinha, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Com a palavra, o deputado João Henrique. Transferida. Com a palavra, o deputado Zeca do PT. Transferida. Não havendo mais oradores inscritos, declaro encerrado o Grande expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para a deliberação. Antes, porém, quero registrar e agradecer a presença do Marcio Barbosa, o "Marcinho", e do Jefferson Aislan, ambos do município de Coxim; da Glaucia Cambraia, do Euclides Brusque, da senhora Sheila Oliveira, da senhora Melissa Martinelli, todos advogados de carreira de assistência jurídica do estado de Mato



Grosso do Sul; do Adriano Vargas, presidente da Associação de Conselheiros Tutelares do Estado de Mato Grosso do Sul, e da senhora Cristiane Cantieri, conselheira tutelar na região do Bandeira. Senhores deputados, quero registrar que nós estamos aguardando a confirmação da visita do governador para o dia 3 de dezembro, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da presidência, para explanação de alguns projetos, já caminhando para o encerramento do ano legislativo. Também estamos caminhando para que a CCJR, deputada Mara Caseiro, possa, além da sessão de amanhã, ter uma extraordinária para acelerar os projetos e concluí-los com êxito durante esse período legislativo.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Senhor presidente, sexta-feira passada, eu estive com o governador Eduardo Riedel, oportunidade em que tratamos sobre o projeto, já aprovado pela equipe do governo, que trata sobre a certificação dos produtos da agricultura familiar, criando assim um projeto guarda-chuva que vai ser modelo para o Brasil, que é a figura do "Selo Verde". Esse é um projeto fundamental para dar um passo à frente nas iniciativas e na sensibilidade dos governos Riedel e Lula, de permitir não só a produção daqueles que vivem da agricultura familiar, como também a oportunidade de comercialização. Eu quero pedir a Vossa Excelência, contando com a sua sensibilidade, que aceite o projeto da certificação da agricultura familiar, porque só no município de Sidrolândia tem vinte e nove assentamentos e a aprovação desse projeto é fundamental.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, há quórum para deliberação.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Item 1. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 240/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 59/2024. "Prorroga, para até 31 de dezembro de 2025, o prazo de vigência do Plano Estadual de Educação, aprovado pela Lei nº 4.621, de 22 de dezembro de 2014". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar os votos dos senhores deputados.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Para declarar o voto, o senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para declarar o voto, o deputado Pedro Kemp.

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT)** — Senhor presidente, esse projeto tem por objetivo prorrogar por mais um ano o Plano Estadual de Educação, porque esse plano foi aprovado com a validade de dez anos e se encerraria agora em 2024, mas como o governo ainda vai encaminhar a elaboração de um novo plano no ano que vem, vai haver conferências, discussões, foi necessário prorrogar para continuar a vigência por mais um ano, até que o novo Plano de Educação seja



aprovado. Então esse é um objetivo bastante simples de dar a continuidade da vigência do Plano Estadual de Educação. Voto sim.

Projeto de Lei nº 240/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADA GLEICE JANE** (PT) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.



**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Solicito o resultado da votação ao segundo-secretário.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum contrário.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Senhor presidente, pela ordem.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) - Senhor presidente, eu gostaria de lembrar que no final do ano passado, para concluir este ano legislativo, esta Casa fez um compromisso de se fazer um estudo sobre o estoque do dourado nos rios de Mato Grosso do Sul, para liberar ou não a pesca dessa espécie. Parece que isso passou em branco, mas nós temos um compromisso com as Colônias de Pescadores de liberar a pesca do dourado. Obrigado.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) - Deputado, nós temos que cobrar o governo porque ele é que faria esse estudo. Aprovado o projeto. Vai à segunda. Item 2. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 241/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.820, de 10 de março de 2016, que dispõe sobre as normas que regulam a obrigatoriedade da prévia inspeção e fiscalização dos produtos de origem animal produzidos no estado de Mato Grosso do Sul, destinados ao consumo, e sobre matérias correlatas". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Mara Caseiro. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 241/2024 de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).



**DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.**

**DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.**

**DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.**

**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (PDT) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença, no nosso Plenário, do senhor Anilson Prego, ex-deputado estadual e vereador do município de Amambai. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.



**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 3. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 242/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.135, de 15 de dezembro de 2011, que dispõe sobre a contratação, por tempo determinado, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 27 da Constituição Estadual, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, para discutir.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, eu presumo que esse projeto inteligente emitido pelo governo Eduardo Riedel tem a ver com o programa que está sendo gestado em nível da Secretaria Especial da Agricultura Familiar. O governador Eduardo Riedel vai estar com o ministro Paulo Teixeira, em Brasília, para criar a residência agrária, para que os estudantes dos últimos anos dos cursos de Agronomia, de Veterinária, relacionados à agricultura e à pecuária, possam fazer residência por dois anos, em nível da Agraer e da Secretaria Especial da Agricultura Familiar, para se especializar e ao mesmo tempo prestar assistência técnica para a agricultura familiar. Presumo que esse projeto esteja relacionado com isso e fico extremamente grato, elogiando publicamente a iniciativa do governador Eduardo Riedel.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 242/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro- secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.



**DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.**

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.**

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.**

**DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.**

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.**

**DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.**

**DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.**

**DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.**

**DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.**

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD) — Sim.**

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.**

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.**

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.**

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.**

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 4. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 243/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 62/2024. "Altera a redação e dispositivo da Lei nº 6.035, de 26 de dezembro de 2022, nos termos que especifica, e estabelece que a atividade de auditoria exercida pelos auditores independentes observem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)". A Comissão de



Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 243/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.



**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO (PSD)** — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos)** — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil)** — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT (PT)** — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB)** — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 5. Em primeira discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 244/2024. Autor: Poder Executivo. Mensagem nº 63/2024. "Dispõe sobre medidas de incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento científico e tecnológico e à inovação, no estado de Mato Grosso do Sul, institui o Sistema Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI/MS), cria o Conselho Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (CCT&I/MS), institui o Fundo Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (Funecti), e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Junior Mochi. Em discussão...

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, para discutir, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB)** — Senhor presidente, apenas para prestar alguns esclarecimentos. É extremamente importante esse projeto, porque o estado não tinha ainda definido, do ponto de vista legal, o Conselho Estadual de Ciência e Tecnologia e Inovação, e esse projeto de lei vem instituir todo o sistema com a previsão da criação do Conselho do Fundo de Desenvolvimento de Ciência Tecnologia e Inovação. Então, assim como aqui na Casa nós criamos a Comissão Permanente de Ciência e Tecnologia e Inovação, depois de discussões, depois de reuniões, pelos municípios de Mato Grosso do Sul, o estado agora cria também o Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação. Então, a aprovação deste projeto é um avanço significativo para o Mato Grosso do Sul.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 00244/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).



**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 6. Projeto de Lei nº 249/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 5.258, de 27 de setembro de 2018, e altera a redação de dispositivos da Lei nº 5.175, de 6 de abril de 2018, na forma que especifica, e dá outras providências; dispõe sobre a reorganização da carreira de Gestão de Tecnologia da Informação, integrada por cargos efetivos do Grupo Ocupacional Gestão Governamental do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo; reestrutura o quadro de pessoal efetivo da atividade gestão da tecnologia da informação na Secretaria de Estado de Fazenda". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Caravina. Em discussão...

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Coronel David.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Senhor presidente, os gestores da tecnologia de informação, os analistas de sistema da Secretaria de Saúde, tentavam há muito tempo o reconhecimento para que eles fossem equiparados aos analistas de sistema da Secretaria de Fazenda, e desde o governo do Reinaldo Azambuja nós estávamos lutando ao lado deles para que isso pudesse acontecer, e felizmente aconteceu agora no governo do Eduardo Riedel. Então, eu faço questão de dizer que essa justiça foi estabelecida pelo governador Eduardo Riedel, mas sobretudo, pelo trabalho sério do secretário Frederico, da Secretaria de Administração. Somente isso, presidente. Muito obrigado.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação. O deputado Renato Câmara nos representa hoje na inauguração da Agroceres - Pic - Núcleo Genético Gênese, em Campo Grande, no centro de excelência de produção de genética líquida da Agroceres. Como o Renato Câmara é agrônomo, está neste evento representando o Poder Legislativo.

Projeto de Lei nº 249/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).



**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (PDT) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.

**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.



**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 7. Projeto de Lei nº 250/2024. Autor: Poder Executivo. "Altera a redação e acrescenta dispositivos à Lei nº 3.671, de 15 de maio de 2009, que dispõe sobre a organização da Carreira da Assistência Jurídica, integrante do Grupo Gestão Governamental do Plano de Cargos, Empregos e Carreiras do Poder Executivo, e dá outras providências". A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Junior Mochi.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Na mesma seara do que diz Coronel David, com relação ao projeto anterior, esse era um anseio muito grande da categoria que há muito tempo vem lutando, então, eu quero parabenizar, não só aqueles que aqui estão presentes, mas todos os assistentes jurídicos integrantes do Grupo de Gestão Governamental do Plano de Cargos Empregos e Carreiras do Poder Executivo, por alcançarem o objetivo pelo qual lutaram por muito tempo. Parabenizar também o governo do estado pela sensibilidade, e o secretário Frederico Felini que tem conduzido muito bem essas questões relacionadas aos servidores públicos estaduais.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 250/2024, de autoria do Poder Executivo.

**Presidente** — deputado Gerson Claro (PP).

**Primeiro-secretário** — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

**Segundo-secretário** — deputado Pedro Kemp (PT).

**DEPUTADO ANTONIO VAZ** (Republicanos) — Sim.

**DEPUTADO CARAVINA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO CORONEL DAVID** (PL) — Sim.

**DEPUTADO JAMILSON NAME** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO JUNIOR MOCHI** (MDB) — Sim.

**DEPUTADA LIA NOGUEIRA** (PSDB) — Sim.



**DEPUTADO LIDIO LOPES** (Patriota) — Sim.

**DEPUTADO LONDRES MACHADO** (PP) — Sim.

**DEPUTADO LUCAS DE LIMA** (sem partido) — Sim.

**DEPUTADA MARA CASEIRO** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO MARCIO FERNANDES** (MDB) — Sim.

**DEPUTADO NENO RAZUK** (PL) — Sim.

**DEPUTADO PAULO CORRÊA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO PAULO DUARTE** (PSB) — Sim.

**DEPUTADO PEDRO KEMP** (PT) — Sim.

**DEPUTADO PEDROSSIAN NETO** (PSD) — Sim.

**DEPUTADO PROFESSOR RINALDO** (Podemos) — Sim.

**DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA** (União Brasil) — Sim.

**DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA** (PSDB) — Sim.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Senhor presidente, pela ordem.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Pela ordem, o deputado Zeca do PT.

**DEPUTADO ZECA DO PT** (PT) — Eu gostaria de reiterar a Vossa Excelência o pedido para que faça chegar ao governador do estado a nossa solicitação para remeter a esta Casa o projeto que trata da certificação dos produtos da agricultura familiar. Dizer que a votação desse projeto, ainda neste ano, é importante para o desenvolvimento deste estado. Voto sim.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Pela ordem, senhor presidente.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado João Henrique.

**DEPUTADO JOÃO HENRIQUE** (PL) — Apenas para registrar o meu voto favorável ao projeto, uma vez que o meu terminal está intermitente. Voto sim.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o segundo-secretário sobre o resultado da votação.



**SEGUNDO-SECRETÁRIO** (deputado Pedro Kemp - PT) — Senhor presidente, são vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

**PRESIDENTE** (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à segunda. Item 8. Quatro requerimentos, dezesseis indicações e uma moção de congratulação. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os deputados que os aprovam, permaneçam como se encontram. Aprovados. Vão ao Expediente. Quero lembrar aos senhores deputados que é preciso acelerar as comissões de méritos. Peço à CCJR se possível uma extraordinária para que a gente possa ter os projetos colocados em pauta e votados em dia. Encerrada a Ordem do Dia. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Encerradas as Explicações pessoais. Nada mais havendo a tratar, esta presidência declara encerrada a presente Sessão (11hr05min).